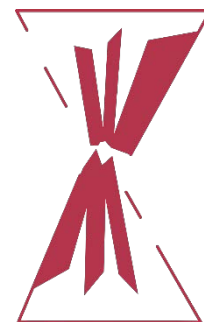


Relações entre o Brasil e o norte da África no século XIX: *migração e comércio*

*Relations between Brazil and North Africa
in the 19th century: migration and trade*



FERREIRA, Frederico Antonio*

RESUMO: Este artigo busca analisar a abertura de representações consulares no norte da África entre os anos de 1850 a 1889 em um contexto no qual o Império do Brasil buscava ampliar os mercados consumidores para seus produtos agrícolas, especialmente o café assim como atrair migrantes. Com isso buscava mostrar-se como uma potência liberal e progressista em pé e igualdade com as demais potências europeias. Este processo de expansão choca-se com a expansão neocolonialista nesta região no último quartel do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Norte da África; Império do Brasil; Relações Internacionais; café; migração.

ABSTRACT: This article analyzes the opening of consular representations in North Africa between 1850 and 1889. At the same time as the Brazilian Empire sought to expand consumer markets for its agricultural products, especially coffee, and to attract migrants. With that sought to portray itself as a liberal and progressive and equal standing with the other European powers. This process of expansion clashes with the neo-colonialist expansion in this region in the last quarter of the nineteenth century.

KEYWORDS: Richard Francis Burton; Islam; Pilgrimage; Travel Literature; Imperialism.

*Recebido em: 21/07/2019
Aprovado em: 24/09/2019*

* Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), estado do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Arquivista Chefe do Arquivo Histórico do Itamaraty – Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. E-mail: arquivistafred@gmail.com.

Introdução

A região formada atualmente por Egito, Sudão, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Saara Ocidental é, muitas das vezes, entendida de modo destacado do continente africano, uma continuação do chamado Oriente Médio¹. Sob determinado ângulo demonstra uma desconexão entre o restante do continente e a África Setentrional com sua tradição milenar. (DIOP, 1977). Os estudos acerca de História das Relações Internacionais brasileiras, de algum modo reforça essa perspectiva.

A temática das relações entre o Brasil, o Oriente Médio e o Norte da África é, em grande parte, marcada pela valorização dos contatos na segunda metade do século XX. As fotos esmaecidas do imperador Pedro II e sua comitiva em frente à esfinge no Egito na década de 1870 podem exemplificar o modo como estes contatos são retratados historicamente.

A história dos contatos políticos entre autoridades brasileiras e do norte da África no século XIX em muitos casos se mescla com relatos e trajetórias de movimentos populacionais (HAJJAR, 1985), intercâmbios culturais (FANGOLDI, 1999), ou mesmo trajetórias pessoais. Considerando as interações políticas sobre a região, merecem destaque os estudos acerca das relações entre o Império do Brasil e o governo de Istambul, durante o século XIX (SOCHACZEWSKI, 2017), ou ainda aqueles voltados para analisar os movimentos populacionais entre o país sul-americano e a África Setentrional (HAJJAR, 1985). No caso específico dos contatos entre o Brasil e o Marrocos, temos a obra de Lesser (2018) e Benchimol (2013). Contudo, ainda há um vasto campo de pesquisa a ser abordado na busca por conectar estas partes do mundo aparentemente tão distantes e diferentes entre si.

Este artigo busca de maneira geral analisar as relações políticas ocorridas entre o Império do Brasil e os países do norte da África no período entre 1850 e 1889, pelo prisma do estabelecimento de relações entre eles. A escolha destas datas limites está intrinsecamente ligada a proibição do tráfico transatlântico de escravizados e as mudanças na política externa para com a África neste contexto (FERREIRA, 2018).

Por meio de uma análise crítica dos documentos da chancelaria brasileira, custodiados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, buscou-se entender as relações internacionais como um conjunto de contatos que envolvem aspectos políticos, econômicos e sociais que vão muito além do discurso formal dos chefes de

¹ O termo Oriente Médio é um termo historicamente condicionado e clivado de significados e generalizações nem sempre apropriado. Para este artigo entendemos como Oriente Médio o conjunto de 17 países formados por Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Israel, Irã, Iraque, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria, Turquia, Chipre, Egito, Omã, Palestina,

governo e secretários de estado (DUROSELLE, 2000). Assim, este artigo procurou adotar uma perspectiva de história da política externa que mostrasse a complexa rede de movimentos que faziam parte desta relação e as consequências destes, tanto para o Império do Brasil quanto para os países da África Setentrional.

Diplomacia, liberalismo e civilização: a política externa para África após 1850

Os prejuízos diretos e indiretos causados pelo fim do tráfico de pessoas para a escravidão não foram definitivos, nem passavam despercebidas para os formuladores da política externa de estado do Império. Com a prescrição dos tratados desiguais assinados entre o Brasil e a Grã-Bretanha no início do II Reinado, iniciou-se um novo período em que ganhava força a defesa daquilo que era entendido à época como sendo o interesse nacional (CERVO & BUENO, 2008). Apesar da atenção tradicional dada pela historiografia às questões envolvendo os conflitos platinos na segunda metade do século XIX, ou nas relações com Grã-Bretanha, ou ainda com os Estados Unidos, esses não eram os únicos temas da agenda da política externa imperial nem excluíram ações em outras frentes.

Apesar de parecer, à primeira vista, que as medidas tomadas pelo Império, como os conflitos de Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra contra Aguirre (1864-1865) que desencadeou a Guerra do Paraguai (1865-1870) fossem um exercício de força e autonomia elas não significaram uma retirada do país da órbita de influência britânica, nem foram uma negação a ordem internacional vigente (SILVA & GONÇALVES, 2009). Elas podem ser entendidas como uma série de iniciativas voltadas para garantir o atendimento dos interesses dos setores produtivos internos, preocupados em criar condições que permitissem a manutenção do sistema agroexportador, enquanto se buscavam soluções viáveis para os problemas nacionais como os relativos a força de trabalho ou a ampliação do mercado externo para os produtos brasileiros (SILVA & GONÇALVES, 2009).

Até por volta de 1866, a cesta de exportações do Império era mais diversificada que a do período posterior – na qual o café representava mais de 50% (PAULA, 2012). Nem mesmo a exclusividade da produção agrícola como opção principal da economia era um consenso (CERVO & BUENO, 2008). O país vivenciava uma dinâmica dúbia entre o incentivo à industrialização estimulada pelo poder central e a manutenção e aprofundamento do modelo de produção agrícola monocultora para exportação (CERVO & BUENO, 2008). Nesse contexto ocorreu a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico humano para a escravidão.

Para que a nova legislação não se tornasse letra morta, uma série de medidas foram adotadas no foro interno e principalmente externo. As autoridades brasileiras passaram a colaborar com as iniciativas britânicas de combate ao tráfico (GRÃ-BRETANHA, 1860), fiscalizar embarcações suspeitas e principalmente abrir representações diplomáticas no litoral africano que deveriam denunciar os movimentos dos traficantes (AHI: 642/2/13; AHI:234/2/7; AHI:254/2/11; AHI:221/2/7; AHI:263/2/9; AHI:238/2/1; AHI:263/2/15; COSTA E SILVA, 1989).

Por outro lado, essa maior iniciativa acabou por ter consequências mais amplas que a mera ação de fiscalização. Atividades comerciais, até então acessórias ao tráfico, passaram a ser formalmente incentivadas. O comércio de óleo de palma, da aguardente de cana de açúcar, de tecidos e mesmo a revenda de produtos industrializados vindos dos Estados Unidos e Europa eram iniciativas propostas pela chancelaria imperial quando da tentativa de reaquecer o comércio com a costa da África Atlântica (AHI:238/2/3). Por outro lado, marfim, noz de cola, objetos de adorno, cerâmicas e algumas espécies de moluscos eram itens já existentes nos contatos comerciais entre o Império e o continente negro (PEREIRA, 2015). Essas buscas pelo incremento das relações comerciais ocorreram dentro de uma nova perspectiva na qual o tráfico de escravos era proibido e onde a política externa imperial buscava apresentar o país como *amigo da liberdade* e patrocinador do *livre comércio* e finalmente: *civilizado* (AHI:238/2/3, grifo nosso).

Deste modo, o Estado imperial seguiu interessado em manter seus vínculos econômicos e políticos com antigas regiões fornecedoras de força de trabalho, porém sob um novo termo: o comércio. A presença diplomática naquele continente deveria manter-se completamente desvinculada do contrabando de escravos ainda existente no Atlântico (AHI: 238/2/1).

Nesse mesmo espírito, os formuladores da política externa do período imperial procuraram intensificar os contatos com outras regiões do continente africano além daquelas que habitualmente mantinham contato. As representações brasileiras já existentes no Norte da África ganham maior importância e outras são criadas. Estas regiões apresentavam-se como áreas comercialmente promissoras na segunda metade do século XIX, ainda que às voltas com os primeiros movimentos de expansão imperialista europeia (HOBSBAWM, 2011).

Durante a segunda metade dos Oitocentos, além do consulado em Tanger, no Marrocos, existente desde 1821 (AHI: 265/1/14), foram abertos os consulados em Alexandria no Egito em 1853 (AHI: 237/1/17), e Argel em 1859 (AHI: 250/2/4) e Oran na década de 1870 – na atual fronteira entre a Argélia e o Marrocos (AHI: 265/1/9). A

importância desses eventos encontra-se no fato de que o Brasil buscou encetar contatos diplomáticos tanto com o Império Otomano (do qual o Egito, Argélia e Tunísia fazia parte) quanto a região do Marrocos; alvos de investidas neocolonialistas entre o final do século XIX e início do XX (WESSELING, 2008).

Café, Egiptomania e Neocolonialismo: Consulado em Alexandria do Egito

Apesar de formalmente as relações entre o Brasil e o Egito ter como início formal o reconhecimento brasileiro ao Egito recém-independente em 1924, os contatos políticos entre os dois povos remete a períodos anteriores. Em 1853 a Secretaria dos Estrangeiros consegue autorização junto ao governo turco para instalar um consulado em Alexandria, então capital do Egito. Como cônsul foi nomeado o grego Stefano Popoloni e, posteriormente, o Conde Miguel Debbané, que era nascido no atual território libanês, ambos cristãos ortodoxos (AHL: 237/2/9). A introdução de um cônsul no Egito significava, por um lado, reconhecer a importância econômica e política daquela região e por outro, a crença em seu potencial comercial.

Desde o início do século XIX, os diversos governantes do Egito buscavam modernizar a região e aumentar gradativamente sua autonomia junto ao governo de Istambul. Dentre essas tentativas estavam os esforços pela modernização tecnológica, a aproximação com países europeus e a busca por uma posição e supremacia frente a outras áreas do Império Otomano (Sudão). Tal postura enfraquecia ainda mais o governo e possibilitava o crescimento da influência política do Império Russo o sobre o Mediterrâneo Oriental (FALCON, 2000).

Frente à ameaça eslava e objetivando participar do crescente mercado consumidor egípcio, França e Grã-Bretanha passam a atuar com cada vez mais força na região do Egito. Enquanto apoiavam a anexação do Sudão pressionavam para que o governo egípcio não se lançasse sobre outras partes do Oriente Médio – o que debilitaria ainda mais o governo turco (FALCON, 2000). Com a invasão britânica do país em 1882 acelerou-se a corrida imperialista sobre a África e diversas potências lançaram-se no esforço de adquirirem partes do território africano. A progressiva subjugação dos interesses políticos e econômicos egípcios às potências europeias no último quartel do XIX pode ser entendida como parte de um processo mais amplo de expansão do modelo de produção capitalista e da própria cultura ocidental (WALLERSTEIN, 2011). O que ocorria no Egito acabou por ocorrer em diversos outros pontos do território africano, especialmente na África Ocidental e Centro-Ocidental.

A busca por aproximação do Império do Brasil com o governo egípcio insere-se neste contexto de expansão vivenciado pela região na segunda metade do XIX e

conviveu com os avanços neocoloniais na região. A busca por fazer-se representar politicamente ao mesmo tempo em que procurava apresentar o Império do Brasil como um país em condições similares as potências tradicionais europeias, objetivava ainda inserir-se no mercado egípcio em expansão.

Essa aproximação do mercado egípcio pode ser entendida dentro do interesse dos formuladores da política externa brasileira pela busca por novos mercados consumidores. O consumo de café do país, assim como no norte da África, estava em ascensão. Enquanto o governo egípcio buscava se aproximar dos padrões culturais europeus, a classe dominante do país adotava, cada vez mais, hábitos e costumes ocidentais (TOPIK, 2003). Com a intensificação da presença de italianos, gregos, franceses, britânicos e sírios os cafés já existentes e importantes na vida social local são acrescidos por novos estabelecimentos ao estilo dos existentes em Paris e Londres onde se serviam chás, café e bebidas alcoólicas. Diante do aumento da demanda os comerciantes egípcios de café passaram a estender suas redes de comércio para cada vez mais longe, chegando a outras cidades otomanas como Meca, Túnis, Damasco e mesmo Istambul (TUCHSCHERER, 2003). Assim, atuar como fornecedor da rubiácea para o mercado egípcio poderia ser bastante lucrativo.

Politicamente essa aproximação materializou-se em algumas ocasiões específicas. O primeiro contato entre o os governantes egípcios e o imperador Pedro II se deu logo no início de seu reinado, onde houve a troca de presentes e condecorações com o quediwa Abaz Hilmi I Paxá (1812-1854) (AHI: 237/2/9). O segundo e mais conhecido deles foi o conjunto de visitas do monarca brasileiro ao Egito em novembro de 1871 e entre dezembro e 1876 e janeiro de 1877 (SCHWARCZ, 1999).

Independentemente das motivações que levaram ao imperador brasileiro a fazer sua viagem ao Egito: curiosidade pessoal, *egiptomania*², demonstração de prestígio ou forma de apresentar o país e seus produtos a um possível mercado consumidor, ela apresentou o Brasil como um país ocidental, cristão, moderno e civilizado como também promoveu, ainda que acidentalmente, os produtos do país (SCHWARCZ, 1999, DANESE, 1917). O consulado em Alexandria, por sua vez, esteve diretamente envolvido com os preparativos destas viagens e nos esforços pelo envio dos regalos e *souvenirs* da família imperial após o périplo (AHI: 237/2/9).

² Egiptomania: conjunção entre as descobertas acadêmicas, o saber popular e os relatos de viajantes e escritores acerca do Egito Antigo, tendo se alimentado continuamente do repertório ilimitado de crenças e mitos universais sobre o tema. (BAKOS, 1996).

Pobres, robustos e trabalhadores: consulados na Argélia e Tunísia e a busca por migrantes

Os esforços em levar o café brasileiro para o Egito mostram o quanto a abertura de repartições consulares está ligada aos temas da agenda internacional em vigor e ao alcance do chamado interesse nacional. Neste mesmo espírito, o país busca ampliar sua presença na África, teve lugar a abertura do consulado em Argel em 1859 (AHI: 250/2/4).

Originalmente uma província do Império Otomano, a Argélia foi invadida pelos franceses em 1830. Rapidamente, o governo de Paris incentivou a migração de cristãos e a colonização de vastas áreas tomadas das populações muçulmanas. Franceses, italianos, malteses e espanhóis ocuparam áreas férteis próximas ao litoral (FALCON, 2000).

O próprio cônsul brasileiro em Argel, Francisco de Raven era espanhol de nascimento. Seus ofícios endereçados ao Rio de Janeiro, inicialmente em espanhol, logo são substituídos por textos em francês (língua diplomática da época) por ordem da Secretaria dos Estrangeiros. Ele chegou a ser condecorado como cavaleiro da Ordem da Rosa (AHI: 250/2/4). Cavaleiro era o grau mais alto da Imperial Ordem da Rosa. Esta era uma ordem honorífica criada pelo imperador Pedro I em 1829 para homenagear seu casamento com a princesa bávara, Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt (GOMES, 2008). Com insígnias desenhadas por Debret, era concedida a nacionais ou estrangeiros como reconhecimento a fidelidade ao imperador e serviços ao império (VASCONCELLOS, 1918). Pouco concedida no I Reinado, foi largamente usada para condecorar militares, artistas e intelectuais durante o reinado de Pedro II. Homens como o Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, herói da Guerra do Paraguai, e intelectuais como o Barão de Tefé foram homenageados com esta ordem (BLAKE, 1970).

Para além da solenidade da comenda, no fim da monarquia, ela serviu como moeda de troca do império. Pagamento por favores à família imperial, recompensa à fazendeiros pela alforria de seus escravos e forma de estímulo a soldados voluntários na guerra, fizeram com que a comenda passasse a ser largamente utilizada (POLIANO, 1943; SANTOS, 1937. LAGO, 1935). Isto posto, diante de um cargo cheio de atribuições sem salário fixo, como era o de cônsul (BRASIL, 1847), não é impossível pensar que seu oferecimento a Raven pudesse ser um incentivo a mais ao exercício do cargo. No entanto, em 1876 Ravan foi decretado mentalmente incapaz, o cargo foi assumido por um funcionário do Estado colonial francês (nominado na documentação apenas como *Le Loréal*) e posteriormente foi indicado Joseph Servat (AHI: 250/2/4).

Algo semelhante também ocorreu na representação em Túnis. Seguindo no sentido de ampliar sua atuação no norte do continente, especialmente nas áreas de

expansão francesa, em 1865 foi instituído um consulado honorário na capital da Tunísia, e que naquele período sofria os efeitos da pressão francesa (AHI: 250/2/4). Foi estabelecido como cônsul Jean-Charles Cubisol. Era cônsul francês antes da invasão e após esta passou a atuar como representante de diversas potências europeias na capital tunisiana. Foi cônsul belga, espanhol, italiano e suíço (EPALZA & EL-GAFSI, 1978).

Esta adoção de cônsules estrangeiros pelo Império do Brasil era permitida pelo Decreto nº 520, de abril de 1847 (BRASIL, 1847), que regulamentava o serviço consular imperial, reconhecendo a possibilidade de que estrangeiros ocupassem a função de cônsul brasileiro (Art.8º), e mesmo não católicos (Art. 42º). Dentre as incumbências que lhes eram atribuídas estava a proteção aos súditos brasileiros, o registro de nascimentos, casamentos e óbitos e a averiguação de embarcações que rumavam para o Brasil. Além de todas estas incumbências havia ainda:

“Art. 227 (...) esmerar-se na busca de candidatos à imigração para o Brasil, desde que fossem “pobres, robustos, trabalhadores e diligentes no serviço” (...), devendo ser escolhidos entre os criados de servir, lavradores, ferreiros, carpinteiros e mais ofícios mecânicos, entre 14 e 30 anos de idade, em número igual de sexos e casados (BRASIL, 1847).

Tais atribuições não foram alteradas nas legislações seguintes sobre o tema e esta busca por migrantes marcará a trajetória das representações na Argélia durante a segunda metade dos oitocentos.

A atuação do consulado, em seus primeiros anos, foi abalizada pelos preparativos para o envio de dromedários e seus tratadores para o Brasil³ (AHI: 250/2/4). Para além das excentricidades deste fato, uma das principais atividades desenvolvidas pelos consulados era a contagem e acompanhamento dos súditos brasileiros ali residentes e a emissão de passaportes (AHI: 250/2/4). Essas autorizações para a entrada de estrangeiros no império eram concedidas, em sua maioria, para imigrantes e suas viagens eram financiadas pelo Ministério da Agricultura brasileiro. Nos registros remanescentes da atuação de Raven não há detalhes sobre quem seriam estes imigrantes (AHI: 250/2/4).

A mesma preocupação se deu com o vice-consulado em Oran. No final do século XIX as representações de Argel e Oran são questionadas quanto aos baixos índices de imigrantes originários de suas jurisdições. Francisco Raven ao defender a atuação do

³ Os dromedários enviados pelo cônsul brasileiro na Argélia fazem parte dos esforços do governo imperial na década de 1850 para introduzir camelos e dromedários como meio de transporte no semiárido brasileiro de modo a substituir os burros, mulas e jegues amplamente utilizados pela população, Pedro II ordenou que fossem trazidos da Argélia animais mais resistentes à estiagem: dromedários. Os 14 animais viajaram 38 dias e chegaram no interior do Estado. Apesar da aparente aclimação inicial, os animais sucumbiram ante a falta de tratamento adequado (TEIXEIRA, 2017)

vice-cônsul de Oran relata os esforços e os métodos para atrair imigrantes para o Império.

Quanto aos serviços que pode ter sido para a proteção dos nacionais e ao encorajamento dado aos emigrantes, não posso informá-los, mas suspeito que, no que diz respeito à emigração, os seus esforços têm sido limitar-se a como o meu, a entregar a todos aqueles que pediram o livreto intitulado "Guia do Imigrante para o Brasil", e se lhe foi enviado um suprimento, que lhe é ignorado (AHL: 250/2/4, tradução nossa)⁴

Durante o período monárquico a imigração era subvencionada pelo governo. A Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por meio da Associação Central de Colonização⁵ era responsável por arregimentar famílias dispostas a migrar para o Brasil, assim como cuidar de seus contratos de trabalho, o transporte destas famílias, o assentamento destes em colônias e todos os demais cuidados para sua adaptação. No entanto, uma missão tão ampla apresentou uma série de dificuldades para sua realização (GABLER, 2012).

A primeira menção ao vice-consulado em Oran se deu em 1861 (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1862), nas correspondências do próprio Francisco Raven onde ele a indica a representação como subordinada ao consulado de Argel. Seu titular à época era Victor Maxuel (AHL: 265/1/9). Seu sobrenome aparece também em algumas vezes como "Mazurel" (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1877) ou ainda "Masurel" (ALMANAK LAEMMERT, 1891, p.121).

O conjunto documental relativo às representações na Argélia é lacunar e pouco específico sobre as famílias de imigrantes originários daquela região. É indiciático, contudo, a presença de colonos franceses originários da Argélia na província do Paraná no final da década de 1860. Segundo as pesquisas de Bárbara Letícia Chimetão (2018), era notável a presença de famílias de agricultores franceses vindos da Argélia em áreas próximas a cidade de Curitiba. Diante da grave crise econômica e dos conflitos causados pela resistência a invasão francesa na Argélia, muitos desses franceses migraram e transferiram-se para o Brasil. Muitos destes franceses migraram muitos destes franceses transferem-se para Brasil.

⁴ [No original]: "Les services qui peuvent avoir été pour la protection nationale et l'encouragement aux migrants, je ne peux pas leur dire, mais je pense que, en ce qui concerne l'émigration, leurs efforts ont été limités à comme le mien, à livrer à tous ceux qui ont demandé la brochure intitulée "Guide des immigrants au Brésil" et si une offre vous a été envoyée, elle est ignorée." (AHL: 250/2/4).

⁵ A Associação Central de Colonização era um departamento da Repartição-Geral de Terras Públicas criada pelo decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Sua missão era a de orientar a nova política de uso da terra imposta pela Lei de Terras de 1850, devendo estabelecer a intermediação do contrato entre o governo imperial e os colonos estrangeiros. Cabia-lhe assim dirigir a medição, a divisão, a descrição e a conservação das terras devolutas, assim como fiscalizar sua venda e distribuição, além de promover a colonização nacional e estrangeira (GABLER, 2012).

Em 1867 chegou ao porto de Paranaguá o primeiro navio com colonos originários de Marselha e Argel com contratos assinados pelo vice-cônsul brasileiro Victor Masurel. Outros se seguiram após eles. (JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/07/1869, p. 64). Para além dos contratos assinados pelo cônsul brasileiro no norte da África eles foram cadastrados pelo consulado francês na capital paranaense (CHIMETÃO, 2018).

Os livros de registo do consulado francês comprovam que boa parte desses migrantes vinham das colônias francesas do Norte da África, e foram identificados como sendo originários da região da Alsácia-Lorena (fronteira com a Alemanha). Esta área foi uma das regiões que mais sofreram durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870, sendo incorporada ao Império Alemão. Parte da população francesa que migrou para a Argélia em busca de melhores condições de vida acabou migrando novamente, só que desta vez para o Brasil (CHIMETÃO, 2018).

Poucos anos depois do assentamento nas áreas próximas a capital paranaense, uma quantidade ínfima de franco-argelinos permanecera no campo. A maioria migra para a cidade em busca de trabalho. A chefatura de polícia local os descreve como belicosos, inimigos da ordem pública, e que apesar de franceses o fato de terem permanecido tanto tempo na Argélia lhes imprimiu hábitos bárbaros (PARANÁ, AP 433, 1874, p.191).

Entre o Oriente e o Ocidente: a representação brasileira no Marrocos

Dentro dessa dinâmica, que envolveu a ampliação comercial e atração de migrantes em países no norte da África, merece destaque especial o Marrocos. Enquanto na Argélia a migração era predominantemente de franco-argelinos, ali o movimento da população judia ganhou relevância. Ao contrário dos franco-argelinos que migram para o sul, os sefarditas marroquinos se destinavam à região amazônica e mantinham vínculos políticos, econômicos e sociais com sua terra natal (FERNANDES, 2018, BENCHIMOL, 2013).

O primeiro representante brasileiro em Tanger, então capital do Sultanato do Marrocos, foi Antonio Cornélio Collaço. Originalmente, cônsul português em Tanger, era membro de uma família de diplomatas portugueses de longa data e estavam presentes em diversas cidades marroquinas (PORTUGAL, 1821). Tudo indica que eles seriam uma família de comerciante do Algarve que por sua fortuna e acesso ao sultão gozavam de prestígio na região (NADIR, 2013). Não se sabe exatamente quando eles se instalam no Marrocos, porém mesmo após o retorno da corte portuguesa para Lisboa em 1821, após a permanência no Rio de Janeiro, Cornélio Colaço segue recebendo instruções do governo do príncipe regente e depois imperador Pedro I. Mesmo após a morte de Cornélio

Colaço, a representação brasileira segue na família, agora com Daniel Colaço, filho de Cornélio que acumula também o título de cônsul português. (AHI: 265/2/14).

Apesar dos despachos e ofícios não revelarem grandes detalhes acerca do fluxo comercial entre os dois Estados, pareceres do Conselho de Estado, em sua Seção para os Negócios Estrangeiros, de 30 de janeiro de 1878 (AHI: 342/2/10), e de 12 de janeiro de 1880 (AHI: 342/2/10) versam sobre constantes conflitos entre comerciantes marroquinos, naturalizados brasileiros e autoridades locais no que tange ao pagamento de impostos e outras questões quanto a subordinação ao Sultão Muhamad IV (1859-1873).

Tal fato denota o desenvolvimento dos fluxos populacionais entre o Império do Brasil e o Marrocos. Conforme já aventado por Rodrigues (1964), no século XIX iniciou-se o movimento populacional de judeus vindos da África do Norte. Geralmente sefarditas, com fortes laços familiares e culturais com seus congêneres portugueses e espanhóis (FREUDENTHAL, 2004), e que vivam em uma sociedade predominantemente muçulmana.

Premidos pelas guerras de conquista promovidas por França e Espanha sobre o Norte do Marrocos e motivados pelas notícias de crescimento econômico derivadas dos primeiros movimentos da exploração da borracha no Brasil muitos marroquinos migram voluntariamente para a América, mesmo com a ausência de incentivos estatais neste processo (HELLER, 2010). Não há menção a qualquer tipo de apoio por parte da Secretaria dos Estrangeiros ou da Secretária dos Negócios da Agricultura para arregimentar famílias marroquinas dispostas a vir para o Brasil.

Muitos destes migrantes marroquinos que se transferiram para a região amazônica eram judeus que acabaram por fazer fortuna no Brasil e se naturalizaram como súditos brasileiros (HELLER, 2010). Estes se estabeleceram nas províncias do norte do país, constituindo núcleos nas capitais e nas margens dos rios em regiões como Cametá, Itacoatiara, Óbidos chegando até as proximidades da fronteira com o Peru (FALBEL, 2008).

Gozando deste novo status social de súdito do Império do Brasil muitos destes retornados marroquinos se contrapõem as determinações do sultão (AHI: 265/2/10). O vice-cônsul Daniel Colaço foi instruído a agir no estrito exercício da proteção aos súditos do Império sem influir de nenhuma maneira no jogo político local (AHI: 264/1/14). A questão chegará a tamanho grau de efervescência que exige um posicionamento do Conselho de Estado que 30 de janeiro de 1878, reconhece a cidadania brasileiras destes negociantes e exige que a representação em Tanger os proteja como tal (AHI: 342/2/10).

A Política externa e a busca por resolução dos grandes problemas nacionais

Representações em locais distantes e com realidades tão distintas do Império do Brasil, como as de Alexandria, Túnis, Argel, Oran e Tanger, mostram a crença no potencial comercial da região do Norte da África e em seu atrativo como dispersor de imigrantes, o que reforçava o novo modelo de ação diplomática à ser empreendido na África como um todo após a proibição do tráfico de escravizados. Sem questionar a primazia das potências europeias sobre as áreas recém-conquistadas como Tunísia e Argélia, ou sob forte pressão europeia como o Egito, os formuladores de política externa brasileira agiam tendo em vista as premissas do livre-comércio assim como do livre-trânsito de populações. Essa atuação comercial e de incentivo a migração demonstra que a atuação brasileira na África transcendia o combate ao tráfico e que também perseguia outros objetivos (FERREIRA, 2018). No entanto, essa busca do serviço exterior brasileiro por arregimentar migrantes no norte da África, nem sempre obteve o apoio dos formuladores da política externa do Império (FERREIRA, 2018).

A economia brasileira na década de 1860 dava sinais claros de que o modelo econômico agroexportador seria a opção vencedora e que, apesar dos pequenos surtos industrializantes, estes seriam muito pequenos frente a grande economia agrícola. As inovações tecnológicas e as mudanças nos hábitos de consumo europeus surgidas após 1845 levaram a um gradativo aumento da demanda internacional por produtos agrícolas tropicais como café, algodão e cana de açúcar (TOMICH, 2003), e o Brasil encaixava-se como um fornecedor privilegiado de alguns destes produtos.

Com isso, a política de comércio exterior brasileira, a partir de 1860, passou a dar cada vez mais atenção às representações situadas nos grandes mercados consumidores dos produtos agrícolas brasileiros – como no norte da Europa – ou naqueles em que os negociantes brasileiros pretendiam que se tornassem grandes consumidores – como nos Estados Unidos e Europa Central, o que contribuiu decisivamente para a secundarização dos postos tanto no Norte da África, quanto no resto do continente.

A busca por soluções à chamada “Questão Servil”, que tinha na introdução de imigrantes europeus sua principal alternativa, reforçava a relevância das legações e consulados na Europa Central e do Norte. A atração de migrantes da África Setentrional foi ofuscada pela opção preferencial a populações europeias. Em 1870, haviam 17 consulados e vice-consulados brasileiros em todo o continente africano. Só no território francês tinham 22 repartições consulares e nos Estados Unidos havia 12. Nenhum deles, no entanto fazia frente à quantidade existente no eixo península itálica e Europa Central, principais dispersores de população migrante para o Brasil, onde havia 42

representações consulares instaladas (SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1873).

Sem questionar a primazia das potências europeias sobre as áreas conquistadas no continente africano atuando dentro dos limites comerciais e migratórios impostos por essas mesmas potências o governo brasileiro, através da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, buscou ampliar sua representação no continente. Sem o entusiasmo que marcou a reabertura das representações da África após 1850 (Minuta da instrução de 12/1857, AHl: 238/2/3), seguiram buscando afirmar-se no cenário internacional que tem na África e na Ásia o objeto preferencial da expansão europeia neocolonialista.

Os formuladores da política externa brasileira adaptaram as demandas do interesse nacional vigente naquele momento à conjuntura internacional de um imperialismo crescente. Enquanto na África Ocidental e Centro-Ocidental a diplomacia brasileira abdicou de atuar junto aos povos tradicionais africanos – com quem já lidava quanto ao comércio de escravizados nos séculos anteriores – ele se volta para o Norte da África sem afrontar os novos donos da terra (FERREIRA, 2018).

Por mais que a historiografia das relações entre o Brasil e o continente africano realce a ausência de contatos entre estas duas margens do Atlântico com o fim do tráfico de pessoas (RODRIGUES, 1964; COSTA E SILVA, 1989), outros tipos de contato e outras regiões passaram a figurar como interlocutores. Assim sendo, diante da intersecção entre o estabelecimento de novas formas de produção que se distanciavam do tráfico transatlântico e o avanço gradual e constante da invasão de territórios por parte das potências neocolonialistas europeias, o Império do Brasil adequou-se a essa nova conjuntura de maneira pragmática.

Referências

BAKOS, M. M. *O que são hieróglifos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENCHIMOL, Samuel. *Eretz Amazônia: os Judeus na Amazônia*. São Paulo: Editora 247 S.A., 2013

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Biográfico*. 7. vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1902] 1970.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1998], 2008.

CHIMETÃO, Bárbara Letícia. *Imigrantes franceses no Paraná: o caso da Colônia Argelina (1868-1890)*. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, UFPR. Curitiba, 2018.

COSTA E SILVA, Alberto da. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. ed. Brasília: Funag, 2017.

DIOP, Cheikh Anta. *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines*. Dakar-Abidjan: Nouvelles éditions africaines; Université Cheik H. Anta Diop, 1977.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2000.

EPALZA, Mikel de; EL-GAFSI, Abdelhakim. *Relations Espagnoles Au XIXeme Siecle: Documents et Synthese*. Tome XXVI, Números 101-102. Publications de L'universite d Tunis, 1978.

FAINGOLD, Reuven. *D. Pedro II na Terra Santa: diário de viagem 1876*. São Paulo: Sêfer, 1999.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humintas/Edusp, 2008.

FALCON, Francisco. O capitalismo unifica o mundo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX: o tempo das certezas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.12-75.

FERREIRA, Frederico Antonio. *No festim dos lobos: o Império do Brasil e o colonialismo na África Centro-Occidental (1880-1885)*. 2018. 452 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

FREUDENTHAL, Aida. Judeus em Angola - séculos XIX-XX In: *Cadernos de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, n. 4. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004, p. 243-268.

FERNANDES, Lucas de Mattos Moura. *Negociando com naturalidade: questões de identidade e cidadania da comunidade judaica brasileira no Marrocos (1860-1903)*. 2018. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GOMES, Laurentino. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração Árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985.

HELLER, Reginaldo Jonas. *Judeus do Eldorado: reinventado uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. 13 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2011.

LAGOS, Coronel Laurenio. *Medalhas e Condecorações Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. (Collectanea de Actos Officiaes)

LESSA, Antonio C. *Israel e o Mundo Árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 149-186.

LESSER, Jeffrey. *As relações entre o Marrocos e o Brasil*. Rabat: Instituto de Estudos Hispano Lusófonos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

NADIR, Mohammed. *As Relações Diplomáticas entre Portugal e Marrocos. Do Tratado de Paz (1774) ao Protectorado (1912)*. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A constituição nacional*. 2. vol. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. pp. 179-223.

PEREIRA, Rodrigo Nas margens do Atlântico: O comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o Candomblé. In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. 2015, pp. 1-28.

POLIANO, Luiz Marques. *Ordens honoríficas do Brasil*. Rio e Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, Francisco Marques dos. *A Guerra do Paraguay na Medalhística Militar Brasileira*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1937

SILVA, José Luiz Werneck; GONÇALVES, Williams. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1830): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SOCHACZEWSKI, Monique. *Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850 – 1919)* Brasília: FUNAG, 2017.

TEIXEIRA, Karoline Viena. *A seiva e o traço: configurações da memória escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. 2017. 397 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 2017.

TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.

TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2003.

TUCHSCHERER, Michel. “Coffee in the Red Sea area from sixteenth to the nineteenth century”. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The global*

coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989. New York: Cambridge University Press, 2003.

VASCONCELLOS, Barão de. *Vasconcellos, Barão Smith de*. Archivo Nobiliarchico Brasileiro. Lausann: Imprimerie la Concorde, 1918.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s*. Primeira edição. Los Angeles: University of California Press, 2011, 390p.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 2008.

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 234/2/7.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 238/2/1.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 238/2/3.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 254/2/11.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 221/2/7.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 263/2/9.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 237/1/17.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 237/2/9.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 238/2/1.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 342/2/10.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 642/2/13.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 250/2/4.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 263/2/15.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 264/1/14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 265/1/9

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 265/1/14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 265/2/14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Fundo: Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Série Repartições Consulares: 265/2/10.

BRASIL. Decreto nº 520, 11 de junho de 1847. Coleção de Leis do Império do Brasil. Typographia Nacional, 1847.

GRÃ-BRETANHA. Correspondence with the British Commissioners at Sierra Leone, Havana, The Cape Of Good Hope and Luanda; (...) relative to the slave trade. Presented to both Houses of Parliament by Comand of Her Majesty, 1846. London: Harrison and sons. 1846.

JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO. Portugal: 03 de jul. de 1869, p. 64

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Correspondência do Governo. Relatórios. Códices. Requerimentos, 1869-1888.

PORTUGAL. Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa.Vol.3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Conselheiro Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima-quinta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Visconde Caravellas. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert.1873.

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima-sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1877.

VICTOR MAXUEL *in* ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1891.